



O Universo Paralelo do Jornalismo¹

Duane dos Reis Löblein²

Luciano Miranda³

Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, RS

Resumo

Este artigo pretende analisar, sob o ponto de vista da Teoria da Comunicação, a relação que o Jornalismo mantém com o poder e as implicações dessa relação em outras instituições sociais. Para isso faz-se um apanhado da história da imprensa e do seu poder social através de uma revisão de literatura, aplicando os conhecimentos à análise da matéria “O Universo Paralelo de Fausto”, publicada pela revista *Época* em novembro de 2008.

Palavras-Chave: Poder; Jornalismo; Satiagraha;

Jornalismo e Poder

O jornalismo passou por diversas fases de proximidade com a política. Sua própria origem está estritamente ligada às elites político-econômicas da época de seu surgimento, uma vez que em sua fase inicial o jornalismo estava a serviço do Estado, publicando apenas despachos da Coroa e assuntos de interesse da minoria alfabetizada.

Em outros momentos serviu como oposição política, como quando o jornalismo opinativo deu espaço para debater as decisões políticas da elite governante, mesmo que ainda nem existisse como profissão. Somente na década de 1940 os trabalhadores da imprensa no Brasil organizam-se de acordo com suas atividades dentro dos seus locais de trabalho. Dando origem a profissionalização da atividade jornalística, fixando salários e cargos dentro das empresas de comunicação.

Tais profissionais, agora com dedicação exclusiva ao jornalismo começam a exercer mais as funções ontológicas do jornalismo, uma delas a investigação, o compromisso com a verdade. Por isso, durante épocas de autoritarismo como a da Era Vargas, burlar a censura e combater às práticas abusivas do governo era comum. E aí, nota-se grande diferença entre o jornalismo parcial que servia à coroa e o jornalismo profissional. Segundo Heber Silva em *A*

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo do Centro de Educação Superior Norte/RS -UFSM, email: duaneloblein@hotmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo Centro de Educação Superior Norte/RS -UFSM, email: lucmira@terra.com.br



democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa (1945-1948),

se antes a imprensa era encarada como um veículo neutro e imparcial, sem participação significativa na vida política nacional, hoje ela assume um caráter ativo e interpretativo, e a cada dia, fica mais próximo o entrelaçamento dos acontecimentos políticos e a notícia: a imprensa pode tomar direções de sentido a partir do relato de determinado fato como perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias. (SILVA, 200).

É também assim, que surgem os questionamentos sobre a influência da mídia nos rumos da sociedade, o poder do jornalismo. Poder esse que Max Weber chama de poder simbólico, ou seja, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações externas e produzir efeitos por meio de formas simbólicas. Segundo Bartolomé Castor,

os modelos liberais de sociedade renunciaram ao exercício do poder pela força e passaram a promover a produção e o controle das subjetividades flexíveis como o modo mais eficiente de implementar seus projetos institucionais. Na modernidade, os dispositivos de poder deixaram de ser núcleos de despotismo para disseminar-se numa infinidade de mecanismos e tecnologias que visam a condução das vontades individuais. Os novos dispositivos de poder não se manifestam de modo ostensivo, mas se inoculam de forma capilar; eles não se exibem com grandes liturgias, mas se espriam a modo de micro-poderes; eles não demandam uma obediência servil, mas procuram uma adesão ativa e cooperante.” (CASTOR, 2009).

Historicamente o jornalismo sofre censura não só do Estado, mas por tratar-se de um campo que visa lucros, ou seja, comercial, sofre pressões externas como da economia, dos anunciantes, dos políticos, da linha editorial da empresa, etc. Essas pressões tornam segundo Miranda, os valores comerciais muito mais importantes que os valores 'puros' da profissão.

Defender interesses comerciais em detrimento do interesse público vai contra os valores deontológicos da profissão do jornalista, mas é sob o pretexto do interesse público que são publicadas matérias de interesse meramente econômicos da empresa.

Surgem então os jornalistas-políticos, que Bourdieu chama de *doxósofos*. Para Bourdieu “a atitude deles é a de difundirem deliberadamente uma doxa (o que se tem por senso-comum), a fim de que a ideia nela contida angarie força, ou seja, que venha a ser uma idéia-força, aquela que tem uma eficácia simbólica que resulta em eficácia moral.” (BOURDIEU apud MIRANDA, 2005, p.119).

A relatividade do poder instituído pelo senso comum ao jornalismo caminha lado a lado com a profissão no decorrer da história. No século XIX, devido à ligação dos informativos (jornais) a propaganda política, os membros da imprensa eram vistos como demagogos, fanáticos. Segundo Traquina, podiam ser simplesmente identificados como



escritores de terceira categoria, mas também eram temidos como perigosos revolucionários em uma época de governos autoritários.

Para Schudson “os editores e os repórteres descobriram-se não como parceiros do governo, mas como instrumentos. Eles eram valorizados – e temidos – não por sua capacidade de representarem a opinião pública, mas por seu poder de controlá-la.”(SCHUDSON apud MIRANDA, 2005, p. 114). Evidenciando que a imprensa já possuía poder, pois segundo Max Weber quem detém a informação detém o poder e tal informação se manipulada politicamente cria um poder paralelo ao Estado.

Para Pierre Bourdieu,

as pessoas podem produzir uma opinião é o que chamo de "ethos de classe" (para não dizer "ética de classe"), isto é, um sistema de valores implícitos que as pessoas interiorizam desde a infância e a partir dos quais produzem respostas a problemas extremamente diferentes. As opiniões que as pessoas podem trocar na saída de uma partida de futebol entre Roubaix e Valenciennes devem uma grande parte de sua coerência, de sua lógica, ao ethos de classe.

Sob o argumento de fortalecer a democracia e justificar seu espaço na sociedade, a então imprensa apoiou-se na idéia de opinião pública. Parte da democracia, a Opinião Pública era um importante instrumento de controle social. “Numa opinião Pública esclarecida podíamos encontrar um tribunal que reunia ‘toda a sabedoria e toda a justiça da Nação’”. (TRAQUINA, 2005. p.47).

O ‘interesse público’ sempre foi válvula de escape para o jornalismo que ao longo dos tempos vem utilizando esse poder, num jogo de interesses comerciais. Mas deve levar em conta o poder que o Estado exerce sobre o campo jornalístico, poder capaz de definir a pauta jornalística.

A Cobertura da Operação

A mídia nacional acompanha a Operação Satiagraha⁴ da Polícia Federal contra o desvio de verbas públicas, a corrupção e a lavagem de dinheiro iniciada em 2004 e que resultou na prisão, determinada pela 6ª Vara da Justiça Federal em São Paulo, de vários

⁴ *Satyagraha* foi o termo usado pelo pacifista indiano Mahatma Gandhi durante sua campanha pela independência da Índia. Em sânscrito, *Satya* significa 'verdade'. Já *agraha* quer dizer 'firmeza'. Assim, *Satyagraha* é a 'firmeza na verdade', ou 'firmeza da verdade'. *Satyagraha* significa o princípio da não-agressão, ou uma forma não-violenta de protesto, como um meio de revolução. *Satyagraha* também é traduzido como "o caminho da verdade" ou "a busca da verdade".



banqueiros, diretores de banco e investidores, em 8 de julho de 2008. O caso tornou-se mais polêmico pelos desdobramentos que a operação teve, principalmente a prisão do banqueiro Daniel Dantas e os *habeas corpus*, concedidos pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes ao banqueiro.

Os dois decretos de prisão foram emitidos pelo Juiz Federal Fausto Martin De Sanctis, capa da Revista *Época* de 21 de novembro de 2008. A matéria intitulada “O Universo Paralelo de Fausto” trazia um texto ambíguo a respeito do Juiz.

O texto gerou polêmica e iniciou-se na internet uma vasta discussão sobre o interesse daquela matéria ao público e o que ela causaria a imagem do Juiz, então acusado de agir como justiceiro e não como magistrado que é.

A ‘blogosfera’ tornou-se arena de acusações, protestos pró e contra o Juiz, e a revista. Mas foi no próprio site da Revista *Época* que se deu o início de tudo, os comentários a respeito da matéria foram inúmeros e majoritariamente negativos, incluindo pedidos de cancelamentos das assinaturas. Os ‘*posts*’ foram bloqueados, segundo o site em razão de uma invasão.

O bloqueio só serviu para atizar ainda mais a discussão e a revolta dos leitores, que seguiram então em seus blogs pessoais e em outros sites. O diretor da sucursal de Brasília da revista, Paulo Moreira Leite, escreveu em seu blog o texto: ‘O juiz De Sanctis e a intolerância de quem não leu e não gostou’. O texto foi igualmente criticado e teve mais de 200 comentários.

Não só o texto da matéria em questão, mas toda a cobertura do desenrolar da Operação Satiagraha exemplifica o poder do jornalismo sendo usado para interesses pessoais, a manipulação das palavras. Mostra o jornalismo que não só notícia os fatos, averiguando todos os aspectos do mesmo, mostra o jornalismo parcial que investiga, aponta, denuncia, julga e condena pessoas.

Novo Jornalismo

É inerente à ontologia da profissão do jornalista, informar o público dos acontecimentos e mantê-lo vigilante às condutas mantidas pelas autoridades de instituições eleitos pelo povo. Na época do seu surgimento, como profissão, além de proteger os cidadãos dos abusos, a imprensa atuava como ferramenta para que o público pudesse exercer seus direitos, dando voz aos mesmos.



O verdadeiro valor do poder do jornalismo está nas suas raízes democráticas, uma vez que ambos constituíram-se concomitantes. Para combater o autoritarismo e instalar a democracia o povo precisava ter voz e a liberdade de imprensa deveria ser um instrumento de reforma social, afinal segundo Traquina, nenhuma democracia sobreviveu sem uma imprensa livre.

Segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, é dever do jornalista divulgar os fatos e as informações de interesse público, combater e denunciar todas as formas de corrupção. É também dever do jornalista respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e a imagem do cidadão.

Com base nesses pontos ontológicos do jornalismo que a mídia começa a sentir-se no direito ou necessidade de transcender o seu papel social de transmitir informação e passa a produzi-la. Ao invés de acompanhar o trabalho de instituições de outros campos, ela começa a usurpar os poderes dos mesmos. A exercer ofícios que não são seus, como o de julgar e condenar pessoas. Muitas vezes até adiantando trabalhos da polícia e do Ministério Público.

Nota-se o surgimento de um jornalismo judicial, que inúmeras vezes condena antecipadamente cidadãos que nem são oficialmente declarados culpados pela justiça. Um jornalismo que sob a justificativa do interesse público ultrapassa os limites de sua existência e ignorando a premissa de que todo cidadão é inocente até que se prove o contrário.

Foi ignorando essa premissa que a imprensa acusou o ex-Ministro da Saúde do Governo Collor, Alcení Guerra de fraudar licitações para compra de bicicletas que seriam usadas por agentes de saúde. As acusações o fizeram entregar o cargo, e depois das investigações então devidamente realizadas pela instituição que tem tal poder, Polícia Federal, o ex-ministro foi inocentado.

Da mesma forma que a Revista “Veja” acusou em 1994, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro de participar do Escândalo dos Anões do Orçamento, tendo inclusive seu mandato cassado. O erro da revista foi ter denunciado uma transferência bancária de 1 milhão de dólares em seu nome, no lugar dos 1000 dólares realmente transferidos. Cometer erros é admissível a todos, porém mesmo informada do equívoco, Veja publicou a edição. Apenas 10 anos depois Ibsen foi oficialmente inocentado. Dez anos da vida de Ibsen que foram manchados pela revista, apesar de cair no esquecimento com o passar dos tempos, a vida das pessoas atingidas por tais abusos da mídia fica devastada para sempre. Muitas vezes as vítimas encontram como única alternativa a busca por um esconderijo até que o caso seja esquecido.



Em novembro de 2008 a revista *Época* publicou a matéria “O Universo Paralelo de Fausto”. O texto trazia um dossiê pessoal do Juiz Federal Fausto Martin de Sanctis, responsável pela prisão dos acusados na Operação Satiagraha, Daniel Dantas, Verônica Dantas Daniele Silbergleid Ninnio, Arthur Joaquim de Carvalho, Carlos Bernardo Torres Rodenburg, Eduardo Penido Monteiro, Dório Ferman, Itamar Benigno Filho, Norberto Aguiar Tomaz, Maria Amália Delfim de Melo Coutrin, Rodrigo Bhering de Andrade. Essa decisão do STF não beneficiou Naji Nahas e Celso Pitta.

A operação da Polícia Federal comandada pelo delegado Protógenes Queiroz teve grande cobertura da mídia, e mostrou o lado negativo do poder do jornalismo. As grandes empresas midiáticas usaram de sua influência para veicular seus interesses, mostrando o lado da operação que mais lhes interessava.

A investigação apurou as propinas concedidas a jornalistas, políticos entre outros, e causaria grandes perdas econômicas, sem citar a credibilidade de tais veículos que seria afetada.

Dentro desse pensamento a Revista *Época* publicou a matéria em questão, causando a efervescência dos protestos. Assim como quando o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, sem consultar os outros membros do colegiado, considerou que a fundamentação utilizada no decreto de prisão temporária não era suficiente para justificar as prisões, causou protestos do público, dos magistrados e de outros campos sociais.

A cada momento que taxava o Juiz de algo pejorativo o texto trazia em contraponto - para mostrar o lado bom – como o fato de Fausto ter recusado na semana em que interrogou Daniel Dantas, uma proposta de promoção que lhe renderia o cargo de desembargador e todas as regalias que tal cargo tem direito. Como se pode notar nos trechos a seguir:

“Há quase duas décadas na carreira, teve a oportunidade de ser promovido a desembargador. O posto lhe daria honrarias próprias de quem avança um degrau na hierarquia da Justiça e também iria abrir portas sociais de outro escalão. É provável que, dentro de pouco tempo, ele não só estivesse familiarizado com a fisionomia de grandes banqueiros, mas também de empresários de estatura e celebridades em geral. Teria direito a um aumento de 5% nos vencimentos de R\$ 21 mil mensais e ganharia um carro com motorista, algo de extrema utilidade para enfrentar o trânsito paulistano e um símbolo de ascensão social.

A contrapartida: De Sanctis seria obrigado a deixar de lado o trabalho de primeira instância, onde pode julgar e acompanhar casos graves e decisivos, para atuar como um juiz



que revê decisões do patamar de baixo e tem um poder de influência sobre os rumos da Justiça nos andares de cima. Seria mentira dizer que Fausto De Sanctis não foi atormentado por dúvidas. Até a véspera da decisão, ele não sabia o que fazer – até porque, no mesmo período em que examinava a possibilidade de promoção, era obrigado a encarar uma investigação de seus pares que poderia terminar em humilhação pública.”

Sendo o Juiz acusado de agir como Justiceiro, como fica sua imagem? Que impacto tal tratamento tem na sociedade? A matéria poderia ser usada, inclusive, como apêndice para os advogados de defesa do principal envolvido na problemática operação, o banqueiro Daniel Dantas.

Considerações Finais

O presente artigo faz notar o universo paralelo do jornalismo, o poder sobre ele exercido. Muito se fala do poder da mídia, mas pouco se fala de onde vem tal força. Desde os anos 1940, quando o jornalismo torna-se finalmente profissão e pessoas passam a trabalhar e viver de jornalismo no Brasil, percebe-se a grande dependência do poder econômico e político sobre a mídia.

Se antes o jornalismo era do Estado e só lhe servia, quando obteve sua ‘independência’ passou a doutrinar a objetividade, a busca pela verdade e tendo que se manter às próprias custas, buscar patrocínios, aliados e anunciantes. É nesse contexto que ele volta a ser dependente, pois para continuar existindo, precisa manter suas fontes não só de informação, mas de renda.

No caso da matéria *O Universo Paralelo de Fausto* fica evidente que há um jogo político e econômico ditando o ponto de vista sob o qual o Juiz que condenou o banqueiro Daniel Dantas é retratado. Tenta-se dar imparcialidade trazendo apenas um fato da vida do Juiz, ele ter recusado uma promoção. Porém essa mesma recusa é descrita após tachar o juiz como vaidoso, deixando a ideia de que ele não aceitou o novo cargo por vaidade. Uma matéria que não diz tudo que nela contém, evidencia a sua parcialidade subjetiva e objetiva (esta última vinda da linha editorial da empresa).

Analisando a evolução do jornalismo percebe-se que o seu poder foi descoberto quando os profissionais se descobriram com instrumentos do poder político e econômico. Assim, cada vez mais alguns valores do brio inicial do jornalismo, foram caindo. O principal deles, a imparcialidade. Muitos estudos já provaram que esta imparcialidade é impossível de se obter, pois o ato de escolher um fato dentre milhares para se tornar notícia, evidencia arte



da subjetividade de quem o realiza. A teoria do *gatekeeper*, por exemplo, comprova que as escolhas do editor são subjetivas, de acordo com um conhecimento prévio ou ainda linhas editoriais, etc.

Mas a análise da evolução também mostra que paralela ao jornalismo, foi evoluindo a tecnologia. E com isso o tempo passou a ditar as regras. Na corrida contra o tempo, as empresas jornalísticas precisam das informações em tempo real e precisam driblar os concorrentes. Assim, surgem cada vez mais os erros jornalísticos, que podem acabar com a vida de uma pessoa, pois afetam principalmente sua moral. Como no caso citado no artigo do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro. Mas surgem só erros da busca incessante e desenfreada pela informação, surgem as investigações, as acusações e as condenações.

Para obter as informações antes, ou obter dados que cidadãos comuns não obteriam, jornalistas passam a exercer funções de outras instituições. Passam a investigar, seguindo, interrogando, pesquisando, filmando, fotografando indivíduos que são suspeitas de algo. Papel esse da polícia.

A grande problemática de o jornalismo usar o seu poder e posição dentro do espaço social para obter reportagens, é quando isto ultrapassa os limites ontológicos ao jornalismo. Quando usurpasse das outras instituições o seu poder e trabalho, para exercê-lo e assim, criam-se fatos.

Criam-se fatos porque a imprensa consegue muitas vezes estas informações antes da polícia, como neste caso, e assim muda a ordem natural dos fatos. Como o senso comum atribui muita credibilidade ao jornalismo, os fatos são dados como verdadeiros somente por terem sido veiculados na mídia.

Assim, os erros passam a ser verdades, e a vida dos indivíduos envolvidos massacrada exaustivamente pela mídia. Surge então o que chamo de jornalismo judicial, um jornalismo que usa o pseudônimo de investigativo, para conseguir informações. Um jornalismo que interroga, tortura (por meio de acusações), investiga, julga e condena pessoas.

Referências Bibliográficas

CASTOR, Bartolomé. **Subjetividade e poder:** O simbólico e suas implicações na produção das subjetividades e na legitimação dos mecanismos do poder. In: <http://juanfilloy.bib.unrc.edu.ar/completos/corredor/corredof/comi-b/CASTOR.HTM> Último acesso em: 01 de junho de 2009.



MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação, por uma teoria da comunicação praxiológica**. Porto Alegre, 2005. EDIPUCRS.

O Universo Paralelo de Fausto. In: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI17715-15223.00-O+UNIVERSO+PARALELO+DE+FAUSTO.html>. Último acesso em: 29 de junho de 2009.

SILVA, Heber Ricardo da. **A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa (1945-1948)**. In: <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores>. Último acesso em: 01 de junho de 2009.

RIGUENGO, Carolina. **As pedaladas da imprensa**. In: <http://www.canaldaimprensa.com.br>. Último acesso em: 29 de junho de 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Estudo do Jornalismo no Século XX**. RS, 2005. Unisinos.